

**GUERRA E ALIANÇA NA HISTÓRIA DOS KADIWÉU:
A GUERRA DO PARAGUAI (1864-1870) REMEMORADA PELOS ÍNDIOS**

Prof. MsC. e Doutorando Giovani José da Silva
Universidade Federal de Goiás (UFG) e Capes

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Os Kadiwéu, remanescentes dos antigos Mbayá-Guaikuru, habitam atualmente o município de Porto Murtinho, MS, na *Reserva Indígena Kadiwéu*. Contam os *Ejiwajegi* (autodenominação do grupo) mais velhos que a área de aproximadamente 538.536 hectares da *Reserva* (a maior do Centro-Sul brasileiro, na atualidade) foi conquistada graças à tenaz participação do grupo na Guerra do Paraguai (1864 – 1870) em uma aliança estabelecida com os brasileiros contra os paraguaios. Problematizar a memória dos indígenas Kadiwéu sobre o conflito platino, buscando revelar como guerras e alianças são pensadas por eles, é o principal objetivo do presente artigo. As fontes utilizadas foram relatos recolhidos por antropólogos que, durante o século XX, conviveram com o grupo indígena. Além disso, contou-se com a recente experiência do autor como professor dos índios Kadiwéu da Aldeia Bodoquena (2000-2004) no recolhimento de versões contemporâneas da Guerra. Os relatos da Guerra do Paraguai são elaborados pelos Kadiwéu nas categorias de histórias concebidas por eles: as *histórias de admirar* (o que seria chamado de mitos por antropólogos) e as *histórias que aconteceram mesmo* (narrativas de cunho verídico).

MEMÓRIA E HISTÓRIA

No presente artigo procura-se demonstrar que a memória social está estreitamente relacionada à construção da identidade étnica. A esse respeito, Michael Pollack afirma que:

[...] a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente muito importante do sentimento de

continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si. ¹

A contínua reconstrução da memória corresponde, portanto, à contínua reconstrução do sentimento de identidade, pois:

[...] ninguém pode construir uma auto-imagem isenta de mudança, de negociação, de transformação em função dos outros. [...] Vale dizer que memória e identidade podem perfeitamente ser negociadas, e não são fenômenos que devam ser compreendidos como essências de uma pessoa ou de um grupo. ²

Assim, o estudo relacionado a uma sociedade indígena, como a dos Kadiwéu, cuja tradição oral resiste com força até os dias atuais, faz recorrer ao conceito de memória, pois, segundo Jacques Le Goff, “[...] são as sociedades cuja memória social é, sobretudo, oral ou que estão em vias de constituir uma memória coletiva escrita que melhor permitem compreender esta luta pela dominação da recordação e da tradição, esta manifestação da memória” ³. O historiador Norberto Luiz Guarinello afirma que “[...] a memória é, assim, uma forma de ação, uma ação representativa, parte da atividade auto-representativa que uma sociedade, grupo ou indivíduo produzem de si, para assumirem e defenderem sua identidade e para orientarem sua ação individual ou coletiva” ⁴. A memória fixa os sentidos e as identidades, permitindo às sociedades indígenas traçarem suas origens, garantindo permanência e auto-reconhecimento, a despeito do tempo. Penso que, como deseja o historiador britânico Peter Burke ⁵, a memória deve ser estudada como uma fonte histórica, elaborando-se uma crítica da confiabilidade da reminiscência no teor da crítica tradicional de documentos históricos.

A GUERRA DO PARAGUAI E OS ÍNDIOS

Em Mato Grosso, nos primeiros anos após a proclamação da independência política do Brasil, as ações governamentais relativas aos indígenas foram tomadas arbitrariamente no âmbito das províncias, já que ao governo central só interessavam as questões de fronteiras. A política indigenista no Império foi norteadada pelo binômio defesa contra os

índios/ aproveitamento da mão-de-obra indígena, submetida basicamente ao controle militar⁶. Além disso, foram tentados, sem grande sucesso, projetos de catequese dos indígenas, entregues a diversas ordens religiosas. Por parte do governo central, a preocupação maior era em manter uma política de amizade com os Estados vizinhos recém-formados. Essa política sofreu sérios abalos na segunda metade do século XIX, com a guerra contra o Paraguai. De acordo com o historiador Cláudio Alves de Vasconcelos:

A guerra do Paraguai acelerou o fracasso dos débeis projetos de catequese ensaiados na província de Mato Grosso. Aliás, foi exatamente onde se desenvolveram estas experiências com missionários capuchinhos na catequese, que se deu a invasão paraguaia e o conseqüente conflito que envolveu [...] as duas nações vizinhas.⁷

O recrutamento e o engajamento de indígenas Guaná e Mbayá-Guaicuru, dentre outros, nas tropas brasileiras não se deram apenas pela força do exército, mas, também, pela própria necessidade de impedir que as terras invadidas ficassem sob o domínio dos paraguaios. No entanto, após o conflito platino, os índios não conseguiram o essencial, que era a garantia de permanecerem livres e seguros em suas terras.

OS ÍNDIOS KADIWÉU E A GUERRA DO PARAGUAI

Ainda que a sociedade Kadiwéu tenha sofrido mudanças ao longo do tempo, valores ligados à guerra marcam os limites da identidade étnica do grupo. O relembrar a relação com os não-índios, por meio das alianças com os brasileiros, está mediada, assim, pela afirmação da identidade. O *ethos* guerreiro é recordado por narrativas, as *histórias que aconteceram mesmo* e as *histórias de admirar*, e acionado na relação com os não-índios como advertência contra a ameaça à integridade cultural e territorial dos Kadiwéu. Segundo Mônica T. S. Pechincha:

A Guerra do Paraguai é, sem dúvida, o acontecimento da história das relações com o branco mais contemplado pela memória deste povo. Razão de orgulho nacional, reconhecem um desempenho glorioso na sua participação nesta guerra. É evento que posiciona os Kadiwéu frente à

nação brasileira. É marco fundamental na reivindicação de direitos territoriais.⁸

Relembrando situações contadas pelos pais e avós o indígena Kadiwéu Antônio

Mendes afirma que:

E lá no governador dele os soldados brasileiros já idearam falar para ele que a indiada ajudou, senão já tinham perdido. No outro dia, chamou a indiada o tal de Coronel de Barros. Coronel de Barros, comandante do batalhão. Aquela indiada, indiada sem roupa, nada. É indiada. Alguns deles falava um pouco português. E falou: “aqui, pessoal, vamos fazer nossa reunião. Eu quero saber o que você queria ganhar. Espera, eu te dou dinheiro. Está lá a sacola de dinheiro. Eu vou te dar esse daqui agora, sacola de dinheiro, olha lá”. O capitão falou: “senhor, índio não sabe pegar dinheiro. Não vamos pegar a sacola. O que vamos fazer com este dinheiro? Então nós queremos, se fossemos ganhar algum, ganhar o nosso lugar. Nós não vamos querer o dinheiro, nós vamos querer a área para criar os nossos filhos”. Como até hoje é nosso lugar aqui. É sagrado. [...]. Mas ainda temos a segurança que ajudamos a segurar a bandeira do Brasil. Por isso mesmo que ganhamos esta terra. Aqui é sagrado. Já veio esse sabido que iludiu os índios... mas aqui ninguém toma, ninguém toma.⁹

A apropriação que estes índios fazem de sua participação na Guerra do Paraguai, associando o conflito à legitimação da posse do território indígena, pode ser compreendida também na fala da anciã Durila:

Ninguém jamais poderá tomar posse desse campo, isto vem desde antigamente [...]. Hoje é diferente, ninguém teme mais os índios, ninguém mais respeita, nós que tememos as altas autoridades, parece que eles que querem ser o dono do que na realidade é nosso, mas foi uma autoridade superior de quem o capitão ganhou esta terra, como recompensa no término da guerra contra os paraguaios. Dizia para ele: – Tome esta terra capitão, esta será sua, se eu pagasse em dinheiro não daria, mas essa terra durará para sempre, cuide sempre desta terra, não deixe que ninguém a tome.¹⁰

Segundo o antropólogo Jaime Garcia Siqueira Jr., “[...] os depoimentos sobre a participação na guerra têm uma grande riqueza de detalhes, revelando a minúcia com que elaboraram esse evento na sua memória e ressaltando um ‘ethos’ guerreiro [...] com que enfrentaram os brancos”¹¹. Desse enfrentamento, os Kadiwéu teriam saído fortalecidos e, por essa razão, agraciados com o conjunto de terras que hoje constituem hoje a *Reserva*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A *Reserva Indígena Kadiwéu* é hoje uma pequena porção de terras, se comparada ao imenso território por onde os Mbayá-Guaikuru transitavam em séculos anteriores. Ainda assim, a sociedade não-indígena elabora um discurso de que os Kadiwéu possuem, na atualidade, mais terras do que necessitam. Esses índios, por sua vez, criaram uma tradição e nela se apóiam para explicar a posse das terras que hoje ocupam. Segundo essa tradição, o Imperador D. Pedro II teria doado a eles as terras da *Reserva*. Interessante notar que esse mesmo discurso é utilizado por antropólogos e indigenistas, mas sem qualquer comprovação de sua veracidade! De acordo com Manuela Carneiro da Cunha, por exemplo:

Quanto aos Kadiweu ou Guaicurus, foram, em 1830, armados pelos habitantes e auxiliados pela tropa para roubarem no Paraguai. Algumas décadas mais tarde, *sua participação inicial em apoio aos brasileiros na Guerra do Paraguai valeu-lhes a demarcação de terras por ordem de D. Pedro II.*¹²

Faz-se necessário deixar claro que, do ponto de vista do historiador, não houve de fato doação alguma¹³, embora se acredite que a memória social Kadiwéu continuará a reproduzir o evento dessa maneira para as próximas gerações.

A verdade que contam os Kadiwéu em suas memórias não é a mesma verdade do historiador e nem poderia ser. Os indígenas legitimam o que contam por meio da autoridade que conferem aos mais velhos: os “Joões dos tempos”, na feliz expressão utilizada por Taunay¹⁴. O historiador busca legitimação no que escreve no entrecruzamento de diversas fontes, naquilo que sobreviveu ao tempo para contar o que teria acontecido. Muito daquilo que contam os anciãos Kadiwéu está, provavelmente, impregnado da chamada “aproximação da verdade do historiador”, pois jamais se saberá o que realmente aconteceu no passado. A memória, portanto, pode ser um auxiliar útil nessa doce e difícil tarefa de perscrutar o passado. Sob pena de descontextualizar as falas Kadiwéu recolhidas por outros, as mesmas foram selecionadas, recortadas e analisadas sob uma determinada perspectiva. Deseja-se ter conseguido, brevemente, mostrar que os indígenas, ao contrário

do que sugeriu a historiografia durante muito tempo, não reagiram passivamente à presença do *outro* em seus territórios, em suas vidas. Na elaboração dos poucos discursos aqui apresentados, foi revelada uma profunda ressignificação de sentidos, de posturas e da própria cultura dos Kadiwéu que, obrigados a deixar de ser nômades, de renunciar à guerra, ao infanticídio e a tantas outras características de seu antigo *ethos*, mudaram para continuarem sendo Kadiwéu.

Assim, depara-se com a força da memória e dos mitos como explicação de determinados eventos importantes para idosos, jovens e crianças, enfim, gente de toda a idade. Se, em sala de aula, ouvia-se de jovens alunos indígenas nas aulas de História da Escola Municipal Indígena “Ejiwajegi” – Pólo, onde o autor foi professor dos Ensinos Fundamental e Médio durante anos, que a *Reserva* fora doada pelo Imperador D. Pedro II, em gratidão pela bravura demonstrada pelos Kadiwéu na Guerra do Paraguai (em que nenhum *Ejiwajegi* foi sequer ferido, pois tinham o corpo protegido!), também é verdade que já foi ouvida de professores universitários a mesma versão, como se essa fosse a mais absoluta verdade! Os alunos Kadiwéu contavam, ainda, que se os brasileiros não tivessem feito aliança com os *Ejiwajegi*, o Brasil teria perdido a Guerra e o atual Mato Grosso do Sul seria território paraguaio. Crê-se que é possível chamar a atenção da memória como uma possível (e valiosa) fonte histórica, pois cada uma a seu modo, memória e história não querem deixar que homens e mulheres esqueçam o que são e nem de onde vieram.

Assim, o pressuposto básico é a concepção de história e memória enquanto critérios definidores da territorialidade e fatores intrínsecos à construção da identidade étnica Kadiwéu. Tratou-se do exame de um corpo de narrativas (muito maior do que o aqui apresentado), entendido como produto de reflexão de uma sociedade indígena sobre sua particular experiência histórica. O interesse esteve em examinar e compreender que aspectos da história foram selecionados pela memória de membros dessa sociedade indígena e incorporados ao acervo de conhecimentos sobre o seu próprio passado. Argumenta-se que as narrativas Kadiwéu portam outros sentidos, pois, embora sejam relatos sobre o passado, fundem os tempos pretérito e presente, revelando o quanto são

contemporâneas. Reitera-se que essa forma de conhecer o passado é fundamental para o reforço da coesão e da identidade cultural e étnica do grupo.

Por que algumas sociedades indígenas parecem mais preocupadas que outras em lembrar o passado? Por que esse agudo contraste de atitudes para com o passado em diferentes culturas? A Guerra do Paraguai, exaustivamente contada e recontada entre os Kadiwéu como fonte de legitimação da posse da *Reserva Indígena Kadiwéu* é exemplo claro do uso do passado, da memória social e dos mitos para construir a identidade étnica dessa sociedade indígena, pois a finalidade de tudo isso é, sem dúvida, dizer quem são *eles* e diferenciá-los de *outros*. A memória social não é homogênea e é impossível discuti-la sem se observar conflitos e dissensões. Se há, entre os Kadiwéu, memória de conflitos, tais como a Guerra do Paraguai, há também conflito de memórias. Haveria, então, uma *guerra pela memória* no interior do grupo? De quem são as versões registradas ou preservadas? Para entender os mecanismos da memória social, talvez valesse a pena examinar a organização social do esquecer, as regras de exclusão, supressão ou repressão, o que nesse breve espaço não foi possível realizar.

Somente quando a memória faz parte de uma sociedade é que pode ser partilhada com outros. A memória, portanto, desempenha um importante papel social. Diz quem são as pessoas, integrando o seu presente ao próprio passado. Para muitos grupos, e com os Kadiwéu não é diferente, isso significa montar um quebra-cabeça: reinventar um passado adequado ao presente ou, do mesmo modo, um presente adequado ao passado. Os Kadiwéu preservam o passado à custa de descontextualizá-lo e, de em parte, o borrar. Assim, uma tradição sobrevive numa determinada versão porque, para o grupo que a recorda, apenas essa versão parece a mais adequada. A memória social é, portanto, o conjunto de acontecimentos essenciais do passado de um grupo e desse passado retém-se apenas aquilo que é capaz de viver na consciência do grupo.

Trabalhar com a memória de jovens e velhos Kadiwéu foi estar, a todo tempo, tateando a presença da vida e da morte, lidando com o tempo que se esgota lentamente e que se transforma, em um determinado momento, somente em *tempos de antigamente*. Os

desejos, os sonhos e as esperanças transmutam-se, assim, em recordações. Isso tudo leva a uma característica básica do passado reconstituído pela memória: ele é sempre uma reconstrução, por mais detalhes que contenha, feita no presente. Este trabalho alinha-se com a proposição de que a memória social fertiliza e renova a história, ao invés de voltar-se contra ela.

Assim, verificou-se que a memória Kadiwéu cria um corpo de conhecimentos próprios e exclusivos, constitutivos da identidade cultural étnica do grupo. Referir-se, portanto, à construção de identidade a partir da relação com o espaço, através do tempo, é falar de representações e de adoção de atributos específicos aos Kadiwéu, em oposição a outras sociedades indígenas e à sociedade não-indígena. Tudo isso é o resultado de uma situação histórica de expansão da sociedade nacional sobre as áreas originais e sucessivamente ocupadas pelos índios. As lutas do tempo presente, portanto, não são mais as lutas dos *tempos de antigamente*, mas, com certeza, reeditam a guerra para uma sociedade de guerreiros.

¹ POLLACK, M. Memória e identidade social. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, APDOC, v. 5, n. 10, p. 200-215, 1992. p. 204.

² *Ibidem*, p. 204-205.

³ LE GOFF, J. *História e memória*. 2. ed. Campinas: Unicamp, 1992, 553 p. p. 476.

⁴ GUARINELLO, N. L. Memória coletiva e história científica. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, Anpuh/ Marco Zero, n. 28, v. 14, p. 180-193, 1994. p. 188.

⁵ Cf. BURKE, P. *variedades de história cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. 318 p.

⁶ Cf. PINA DE BARROS, E. Política indigenista, política indígena e suas relações com a política expansionista no II império em Mato Grosso. *Revista de Antropologia*, São Paulo, volumes 30-32, 1987-89, p. 183-223, 1989.

⁷ VASCONCELOS, C. A. de. *A questão indígena na província de Mato Grosso: conflito, trama e continuidade*. Campo Grande: UFMS, 1999, 160 p. p. 86.

⁸ PECHINCHA, M. T. S. *Histórias de admirar: mito, rito e história Kadiwéu*. 1994. 202 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 1994. p. 135.

⁹ Citado por *Ibidem*, p. 153.

¹⁰ Citada por SIQUEIRA JR., J. G. “*Esse campo custou o sangue dos nossos avós*”: a construção do tempo e espaço Kadiwéu. 1993, 290 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 1993. p. 210.

¹¹ *Ibidem*, p. 210.

¹² CARNEIRO DA CUNHA, M. (Org.). *Legislação indigenista no século XIX: uma compilação (1808-1889)*. São Paulo: Edusp/ CPI-SP, 1992. 362. p. 29, grifos do autor.

¹³ Cf. JOSÉ DA SILVA, G. *A construção física, social e simbólica da Reserva Indígena Kadiwéu: memória, identidade e história*. 2004, 144 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Dourados, 2004.

¹³ *Ibidem*, p. 210.

¹⁴ Cf. TAUNAY, A. de E. *Entre nossos índios: chanés, terenas, kinikinaus, guanás, laianas, guatós, guaycurus, caingangos*. São Paulo: Melhoramentos, 1931. 134 p.